

## A SEMIÓTICA DISCURSIVA E APLICADA À ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

*DISCURSIVE SEMIOTICS APPLIED TO DOCUMENTARY ANALYSIS*

*LA SÉMIOTIQUE DISCURSIVE APPLIQUÉE À L'ANALYSE DOCUMENTAIRE.*

Alexandre Martines

Universidade Estadual Paulista

[alexandre.martines@unesp.br](mailto:alexandre.martines@unesp.br)

**Resumo:** As relações humanas são marcadas por símbolos e dinâmicas de significação. O documento é artefato importante na trajetória da humanidade como recurso potencial de retomada da discursividade e narratividade do passado e projetado ao devir. O objetivo desta pesquisa é a análise das teorias que envolvem a semiótica discursiva a fim de aplicar seus conceitos na análise e tratamento dos documentos. Aplicou-se uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, também se trata de uma pesquisa descritiva, de cunho epistemológico e interdisciplinar. A classificação do discurso permite a identificação dos simulacros e das valências que evidenciam os diversos aspectos semióticos presentes no documento que represente o pensamento filosófico de uma dada época, ainda carrega valores históricos, culturais, científicos, políticos, sociais, epistemológicos, metodológicos, entre outras possibilidades.

**Palavras-chave:** Documento. Análise Documentária. Fluxo Informacional. Gênero Discursivo. Semiótica Discursiva.

**Abstract:** Human relationships are marked by symbols and dynamics of meaning. The document is an important artifact in the history of humanity as a potential resource for resuming the discursiveness and narrativity of the past and projected into the future. The objective of this research is the analysis of theories involving discursive semiotics in order to apply its concepts in the analysis and treatment of documents. A qualitative methodology of an exploratory nature was applied, it is also a descriptive research, with an epistemological and interdisciplinary nature. Discourse classification allows the identification of simulacra and valences that show the various semiotic aspects present in the document that represents the philosophical thought of a given time, still carries historical, cultural, scientific, political, social, epistemological, methodological values, among others possibilities.

**Keywords:** Document. Documentary Analysis. Text Genre. Discursive Genre. Discursive Semiotics.

**Résumé:** Les relations humaines sont marquées par des symboles et des dynamiques de signification. Le document est un artefact important dans l'histoire de l'humanité en tant que ressource potentielle pour reprendre la discursivité et la narrativité du passé et se projeter dans l'avenir. L'objectif de cette recherche est d'analyser les théories impliquant la sémiotique

discursiva afin d'appliquer ses concepts à l'analyse et au traitement des documents. Une méthodologie qualitative de nature exploratoire a été utilisée, il s'agit également d'une recherche descriptive, épistémologique et interdisciplinaire. La classification du discours permet d'identifier les simulacres et les valences qui mettent en évidence les différents aspects sémiotiques présents dans le document représentant la pensée philosophique d'une certaine époque, portant toujours des valeurs historiques, culturelles, scientifiques, politiques, sociales, épistémologiques, méthodologiques, et d'autres possibilités.

**Mots-clés:** Document. Analyse Documentaire. Flux Informationnel. Genre Discursif. Sémiotique Discursive.

## 1. Introdução

As relações humanas são marcadas por símbolos e dinâmicas de significação que norteiam posicionamentos, práticas, estratégias, relação com os aspectos sociais, culturais e políticos. A linguagem é recurso fundamental nesse processo de construção de humanidade, seja através de fundamentos lógicos, mecanismos culturais, seja na constituição de valores que estratificam ou direcionam comportamentos, verdades, crenças ou ideologias.

Neste cenário, o documento é artefato importante na trajetória da humanidade como recurso potencial de retomada da discursividade e narratividade do passado, como ainda para a inscrição de decisões no presente para projetar o futuro. O documento que apresenta como uma das suas diversas funções estabilizar o valor de uma informação, também é capaz de possibilitar a atualização das informações outrora registradas.

A linguagem enriqueceu as trocas informacionais ao longo dos séculos devido ao conteúdo presente em documentos, fazendo com que indivíduos de outras épocas pudessem compreender o que ancestrais realizaram. O interesse humano em coletar informação é antigo, remonta às bibliotecas de Alexandria, assim como a proteção dos documentos nos mosteiros na Idade Média e, é graças a essas coletâneas documentais, que se pode, atualmente, ter acesso a esses fluxos informacionais.

A preocupação com o tratamento do documento surgiu com as propostas de Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854 – 1943). Foram, de fato, os esforços de Otlet que possibilitaram o desenvolvimento de técnicas, práticas, estratégias e métodos para garantir a organização e disseminação do conhecimento registrados em qualquer espécie de artefato. Nessa linha, a materialidade informacional é o caminho para a legitimação e institucionalização do documento. Com isso, a linguagem se torna o principal insumo para organizar as informações e sistematizar o conhecimento veiculado nos documentos.

Sendo assim, o tratamento documental, conjunto de procedimentos e operações técnicas que incluem a análise, avaliação, extração, classificação, descrição, representação, escolhas de terminologia especializada e indexação de conceitos presentes em um documento revolucionou a forma das sociedades sistematizarem e organizarem o conhecimento. Somado a disso, a aplicação

da linguagem ganhou importância para garantir a análise, o armazenamento, o tratamento como leitura e representação, a partir do enunciado do texto, a qual permite a associação de conceitos e, por fim, a recuperação das informações.

Diante disso, a análise documental<sup>1</sup>, linha francesa de tratamento documental, surge com os apontamentos de Gardin, em publicações entre 1961 e 1970 (VOGEL, 2007, 2009), e atua especificadamente na leitura documental e na representação de documentos, através de linguagem documental (FUJITA, 1999, 2004), apontando, dessa forma, os conceitos presentes no documento como garantia de representá-lo, assim evidenciando-o como artefato que dialoga com os propósitos científicos e culturais de um segmento, bem como garantir a sua recuperação e disseminação futuras (LARA, 2001, 2004a, 2004b, 2009).

Nessa perspectiva, é válido refletir acerca das práticas, técnicas e estratégias aplicadas pela análise documental no tratamento do documento e na representação do conhecimento nele inserida, pois os documentos são resultados de uma esfera social, assumindo moldes de gêneros textuais, em que há atuação de pessoas que se configuram como sujeitos através do texto (BAKHTIN, 2016), por conseguinte o documento transpassa o registro, marcado por um enunciado estático, já que é elaborado através de uma práxis enunciativa para a configuração de aspectos discursivos.

Isso indica que um documento evidencia muito mais que um conjunto de palavras técnicas, representado por uma linguagem especializada – terminologia. O documento carrega marcas de interpretação, de interação com a realidade, portanto mecanismos semióticos para representar e mediar a realidade em signos possíveis de serem compreendidos pela mente humana. Ademais, os documentos também carregam evidências de discursos, de intencionalidades, de organismos interagindo em alteridade, ou seja, de formas de vida.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo a análise das teorias que envolvem a semiótica discursiva – constituída pelo desenvolvimento de práticas, estudos e aplicações decorrentes do desenvolvimento da chamada semiótica francesa – a fim de aplicar seus conceitos na análise e tratamento dos documentos, assim como apontar os aspectos semióticos de significação, a configuração da enunciação e dos discursos a fim de reconhecer procedimentos semântico-semióticos para evidenciar os conceitos que melhor representam o conhecimento presente em um documento.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia qualitativa, de natureza exploratória, tendo em vista a análise e interpretação das teorias acerca do documento, da análise documental e do conceito, bem como as teorias da semiótica discursiva e práticas semióticas, por isso também se trata de uma pesquisa descritiva, tendo em vista o detalhamento dos objetos e concepções

---

1. Optou-se por usar o adjetivo DOCUMENTÁRIA nesta pesquisa devido às traduções para a Língua Portuguesa, todavia é fundamental evidenciar que há registros de DOCUMENTAL realizados pela comunidade científica. Importante salientar que o termo DOCUMENTÁRIA remonta registros franceses, principalmente na linha de trabalho de Gardin, Coyaud; já o termo DOCUMENTAL aparece nas pesquisas realizadas na Espanha, nos trabalhos de García Gutiérrez, Izquierdo Arroyo, López Yepes e Moreiro González.

articulados por cada linha científica, já que se perfaz como uma pesquisa de cunho bibliográfico, epistemológico e interdisciplinar.

A coleta de materiais para abordagem da temática é fundamentada nas palavras-chave: documento, tratamento documental, análise documental, conceito, representação da informação, discurso, gênero textual, gênero discursivo, práticas semióticas, discurso semiótico, práxis enunciativas, linguagem. A consulta se concretizou em bases de dados como: Brapci, Dialnet, Google Scholar, Scopus, Scielo e através de consulta de livros especializados. Diante do material explorado, destacam-se: Otlet (2018); Briet (2016); Gardin (1966, 1973); Coyoud (1966); Lara (2001, 2004a, 2004b, 2008, 2009, 2011); Fujita (1999, 2004); Vogel (2007, 2009); García Gutiérrez (1984, 1989, 1992, 2002); Lopez Yepes (1995); Izquierdo Arroyo (1990); Moreiro González (1993, 2004); Buckland (1997, 2015, 2017); Frohmann (1992, 1994, 2001, 2009); Le Goff (1996); Meyriat (1981, 2016); Rabelo (2011, 2018) para tratar de documento e práticas de tratamento e análise; Dahlberg (1978); Hjørland (2009); Koselleck (1992) para explorar fundamentos sobre o conceito; e Fiorin (2012); Bakhtin (2016); Fontanille (2012, 2019) para evidenciar os fundamentos que envolvem os gêneros textuais e discursivos, as práticas semióticas e a semiótica discursiva.

Nesse aspecto, a análise aplicada foi decorrente às definições e às explicações dos conceitos envolvidos, promovendo relações interdisciplinares, assim a interpretação proporcionou proposições fundamentadas nessas reflexões analíticas que permitiram a construção de inferências.

Frente a isso, espera-se aprofundar os estudos nas áreas mencionadas e, através da análise das teorias envolvidas, proporcionar estratégias de leitura, de identificação e interpretação do enunciado, da enunciação e do discurso à análise documental, aplicando-se a melhor estratégia para representar os conceitos presentes no documento, por meio da aplicação semiótica.

## **2. Documento e linguagem para representação de conceitos**

O documento é objeto que garante a materialidade da informação, assim como sua legitimação, sendo responsável pelo acesso a conhecimentos de diversas modalidades, sejam eles de outros momentos históricos, sejam eles fomentadores de estratégias informacionais, sejam eles vestígios culturais de grupos e suas práticas. Fato que o documento é extremamente importante para o desenvolvimento humano, já que se estabelece como suporte, veículo e fonte de informação.

Sendo assim, é válido destacar que a história, o jornalismo, a diplomacia, a arquivologia, a biblioteconomia, a documentação, a ciência da informação, a área jurídica, a administrativa, a literatura, a editoração, entre outros campos do saber possuem o documento como objeto de estudo (RABELLO, 2018). Nessa linha, o documento assume a função de ser, por um lado, “[...] suporte que contém informação registrada, suporte que evidencia fatos”; por outro, fonte e uso, como “[...] fonte para representar a realidade, fonte para a elaboração de metainformação ou produtos documentais”, os quais são destinados à organização, à recuperação e à disseminação

da informação e do conhecimento, fatores que convergem para o “[...] uso de conteúdos em sistemas de informação” (RABELLO, 2018, p. 139).

Nessa perspectiva, esta seção tem como objetivo a discussão sobre as concepções científicas e especializadas sobre documento, bem como seus métodos, práticas e estratégias de tratamento, com o fito de observar a presença da linguagem no processo de representação e mediação da realidade no documento e a aplicação da linguagem sobre o documento para interpretar a informação veiculada através da consolidação de conceitos.

É nessa perspectiva que o documento é constituído para uma finalidade prática. Porém, a evidência do conteúdo veiculado pelo documento é muito importante para o seu uso e para a interação com os sistemas de informação, já que essas atividades são responsáveis pela estruturação dos saberes que evidenciam os caminhos de organização e desenvolvimento de uma determinada área do conhecimento.

O documento materializa discursos, enunciações, enunciados, informações. Ademais, legitima as ações humanas, validando elementos abstratos a partir de fiscalizações em suportes capazes de transportar o conteúdo das mensagens, ou seja, transportar a informação armazenada em um suporte e inseri-la em sistemas de informação para acesso, uso, aprendizagem e atualização do conhecimento, além da comunicação midiática.

A palavra documento vem do latim *documentum*, *documenti*, derivado de *docēre* (documentação), título ou diploma que serve de prova; declaração escrita para servir de prova, por sua vez o verbo latino *docēre* significa ensinar, demonstrar; já as formas latinas *dicere*, *ducere*, *(in-)ducere* – referem-se ao seu sentido comunicativo (CUNHA *et al*, 1986, p. 274).

Dessa maneira, o documento é visto sob o viés histórico em dois aspectos: o primeiro está atrelado ao Positivismo, na compreensão do espírito positivo do século XIX, o qual se alinha “[...] à noção de história e de ciência do criador desta corrente de pensamento no âmbito da Filosofia da História: o francês August Comte” (RABELLO, 2011, p. 133). Já o segundo, direciona-se para a ciência e, assim, fundamenta a “[...] disciplina História Metódica, proposta pelo alemão Leopold von Ranke – cuja concepção de documento deriva do referido espírito” (RABELLO, 2011, p. 133-134).

Com a fundamentação da escola positivista, o documento é visto inicialmente como a prova textual que se estabelece como norteador das atividades de pesquisa e confirmação de fatos. Dessa maneira, “[...] todo historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento”, além do fato de que se estabeleceu que não haveria notícia histórica sem documentos, aquilo que não esteve gravado ou escrito teria se perdido, pois a história se faz com documentos, todavia somente quando e se eles existem (LE GOFF, 1996, não paginado).

Pensar o documento como prova histórica, é pensar que o documento é resultado de interação social, cultural, política, sendo assim está relacionado com os fatores informacionais que antecedem sua confecção, como também na construção dos fluxos informacionais atualizados

sempre que estes documentos forem recuperados e adicionados à produção informacional, sendo assim o documento está constantemente vinculado a enunciações e a discursos de várias ordens e temporalidade.

Em se tratando de tratamento do documento, é com Paul Otlet que a ciência documentação se constitui. Otlet foi um visionário e defendeu a importância da universalização do acesso ao conhecimento. Com isso, desenvolveu o Princípio Monográfico, em que reunia informações para a representação do conhecimento presente no documento. Como estratégia de representação, idealizou e desenvolveu a Classificação Decimal Universal (CDU), como linguagem padronizada para a representação do documento evocando seus principais conceitos, além das fichas padronizadas (SANTOS, 2007).

Para Otlet, a definição de documento consistia em:

Livro (bíblion, documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. (OTLET, 2018, p. 11).

Nessa perspectiva, ganha-se importância o valor sobre aquilo que é veiculado, ou seja, a forma como o documento legitima a informação veiculada. Diante disso, para Otlet (2018, p. 13-14), os documentos “[...] consistiam não apenas em palavras escritas ou impressas. Objetos, figuras e ilustrações, partituras musicais - qualquer coisa que tivesse valor probatório, que documentasse algo, era um documento”.

Segundo indicam Moura e Lara (2012, p. 3), Otlet “[...] esboçou, explorou e aprimorou princípios que permitissem tratar adequadamente os conhecimentos registrados nos documentos, de modo a torná-los disponíveis e acessíveis a quem viesse a necessitar deles”. Outrossim, Otlet compreendeu a importância da linguagem especializada para executar esse procedimento, ou seja, já que o documento evidencia o conhecimento acumulado pela humanidade, é preciso técnicas para evidenciar esse conhecimento.

É através da linguagem que se consolida a composição simbólica dos registros daquilo que foi produzido pelo ser humano em um determinado tempo e lugar, revelando suas perspectivas, valores, cultura, ideologia diante das coisas do mundo que, por sua vez, é suscetível a diversas formas de representação, visto que a linguagem nomeia o fato, articula as ações, é performática, desenvolve enunciados, mas não é o fato.

Desse modo, o princípio monográfico é mecanismo marcado pela linguagem como virtualização e atualização da informação, “[...] observando-se que se obtêm, com esses procedimentos, novos documentos que contêm informação também nova” (SANTOS, 2007, 62). Há nesse processo, portanto, um duplo movimento: a) desmaterialização e virtualização de documentos; e b) sua atualização na transformação em informação nova. É válido destacar que



esses procedimentos são factíveis de execução devido à carga simbólica que se constrói acerca do documento e, mais uma vez, sendo legitimado pela aplicação da linguagem, em sua elaboração, em sua análise e em sua representação, além da chancela institucional que determina os rumos da significação para estabelecer suas marcas de representação.

Para fechar a concepção clássica sobre o documento, é necessário destacar as contribuições de Suzanne Briet. Esta deu continuidade aos trabalhos de Paul Otlet, denominando-se discípula do mestre belga. Para ela, o documento se configura a conceitualização de que o documento é “[...] toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” (BRIET, 2016, p. 1). Nesse aspecto, há a relação com a perspectiva de que o documento é suporte e veículo de informações.

Assim, a autora alega que tal definição “[...] tem sido discutida por linguistas e filósofos, ciosos que são de minúcia e lógica [...]”, pois “[...] graças à análise do seu conteúdo, pode-se propor uma definição, a mais adequada atualmente [...]”, já que o documento é um instrumento simbólico e, como tal, é um produto de significação, o qual pode ser produzido por linguagem verbal ou não-verbal, atribuindo-lhe a definição de que o documento se caracteriza por ser “[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 2016, p. 1).

Ao questionar o formato do documento, descaracterizando de seu modelo tradicional, positivista, Briet (2016, p. 1) indaga: “[...] uma estrela é um documento? Um seixo rolando pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento?.” Porém, reescrevendo as percepções de documento, ratifica: “Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico (BRIET, 2016, p. 1).

Por fim, sobre a importância da linguagem para a materialidade do documento, vale destacar a retomada que Buckland (1997) realiza das considerações de Briet: “[...] um documento é qualquer signo físico ou simbólico, preservado ou gravado, destinado a representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual”, além das preocupações atreladas ao documento, o autor destaca a atuação da documentação, que “[...] não deve ser vista como estando relacionadas com textos, mas com o acesso a evidências” (BUCKLAND, 1997, p. 806, tradução nossa).

Nessa linha, entende-se que o documento é instrumento essencial para recuperar os registros acerca da produção do conhecimento realizado pela passagem do ser humano, bem como a linguagem é recurso primordial para interpretá-lo e representá-lo.

Assim sendo, é importante destacar as diversas concepções da materialidade do documento, como institucionalidade, cultura material, regimes de informação, ações de informação, práticas informacionais, validação da informação, estudo da forma documental, historiografia, burocracia, materialidade da informação, desenvolvimento de coleções, organização do conhecimento (RABELLO, 2018). Frente a isso, o tratamento e análise do documento para garantir a representação

adequada do conhecimento através dos conceitos identificados se configuram e se realizam através da linguagem.

A análise documentária se configurou através dos estudos de Gardin, já que o teórico francês foi pioneiro em reconhecer a importância da linguagem “[...] na produção da ciência e a necessidade fundamental de um aparato metodológico interpretativo de natureza linguística” (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 737). Ademais, é através da linguagem que se pode realizar estratégias investigativas a fim de interpretar adequadamente o texto/documento e, assim, descrever seu conteúdo, apresentando os conceitos que traduzem de modo mais eficaz a representação do conhecimento veiculado.

O próprio Gardin destacava que a linguagem é representação e é como “[...] representação que se desenvolvem atividades de natureza metodológica fundamentais para o exercício investigativo” (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 737). Nessa linha, a análise documentária é processo importante dentro do universo da organização do conhecimento e da informação, visto que suas atribuições e atividades estão alinhadas ao tratamento do documento, apontamento da linguagem documentária para representar os conceitos presentes e, assim, garantir a boa indexação para a recuperação e disseminação futura.

Nessa perspectiva, é válido destacar que Gardin “[...] reconhece a necessidade de uma representação específica dos conteúdos dos textos escritos que não se confundem com a interpretação empírica” (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 742), fator que exige o estreitamento com outras disciplinas a fim de constantemente proporcionar a evolução nos métodos, práticas, estratégias e técnicas de tratamento do documento, pois uma análise fundamentada em estruturas modais ou lógicas possibilitam que haja o distanciamento da subjetividade na significação, ou esteja presente fragmentos recorrente à própria percepção da experiência do profissional (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 742).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os estudos acerca da linguagem presente no tratamento do documento ganharam destaque na França, a partir das teorias de Gardin (1966), que introduziu o termo análise documentária para efetuar a leitura da documentação, sendo assim entendendo haver como resultado uma metalinguagem que seria denominada de “Léxico Documentário” (VOGEL, 2007).

Por sua vez, Coyaud (1966) define que “[...] um sistema de signos que permite comunicação entre usuário e documento” seria denominado de linguagem documentária. Em 1974, Chaumier, ao tratar das linguagens documentais, classificadas em dois grupos: “[...] linguagens cominatórias (léxicos) e linguagens de estrutura hierárquica (classificações)”, indicando a importância de se constituir “uma rede de relações semânticas” (VOGEL, 2007, p. 13).

Frente a essa concepção, entende-se que a análise documentária também deve ser vista como uma análise semântica, já que é importante a organização conceitual a partir da elaboração de uma rede semântica que evidencie os procedimentos enunciativos e discursivos a fim de constituir valores que determinem a legitimação da informação que está sendo confeccionada



para representar o documento, já que a análise documentária precisa desenvolver procedimentos para efetuar a representação do documento de modo distinto do original.

Outrossim, a análise documentária também pode ser entendida como uma análise semiótica, pois, em seu procedimento, há a investigação de como os objetos de um texto se alinham, sejam os aspectos atrelados à significação e, por sua vez, práticas e estratégias de reconhecimento e interpretação, sejam os fundamentos que fazem do documento um suporte e configure uma narratividade, ou seja, configurando o documento como objeto, como também a formatação de seu conteúdo conforme a descrição e explicação de uma cena prática.

A análise documentária é um procedimento que envolve todo o tratamento documental, desde a identificação do suporte do documento como objeto, suas características físicas, assim como no processo de interpretação a identificação do fluxo informacional, isto é, como evidencia a cena prática de conduta, a qual está alinhada a formas de vida. Portanto, a análise documentária também evidencia o conjunto de conceitos marcados pela enunciação e discurso do documento, denotando aquilo que tecnicamente é possível recuperar frente à sua produção.

A representação recorrente do estágio de tratamento documental é realizada com a aplicação de uma linguagem especializada, denominada de linguagem documentária oriunda da terminologia que se compõem da área do conhecimento evocada pelo enunciado do documento. Dessa forma, o documento está pronto para a indexação, seja através de um conjunto de termos específicos, seja através de resumos, fichas catalográficas entre outros, organizados à base do sistema de organização do conhecimento.

Posteriormente à análise, é assegurado que se obtém o registro do pensamento humano e a mediação da realidade exterior ou decorrente da percepção científica da natureza, além de proporcionar a conservação, utilização, classificação de conceitos e conhecimentos, catalogação, descrição das informações e análises da produção discursiva, evidenciando possíveis marcas sociais, culturais, históricas, políticas, ideológicas, físicas e biológicas.

Além disso, a sistematização da informação extraída de um documento é importante para a construção do conjunto de informações em rede, sejam sistemas mais simples, como a organização de um arquivo de uma pequena empresa, ou a pequena biblioteca de bairro, sejam mais complexos, como a internet. Dessa maneira, esse fluxo informacional organizado e sistematizado por métodos de tratamento mais eficientes e dinâmicos garantem uma produção mais rápida de informação confiável, exata e direta, possibilitando o acesso amplo e universal.

É muito importante que a análise documentária tenha a preocupação de representar o discurso e a aspectos enunciativos do documento tendo em vista a dialética entre ciência e panoramas sociais e culturais em que o documento está inserido, assim organizando os conceitos a fim de atender as propriedades informacionais que envolvem produtores, mediadores, sistemas informacionais de arquivamento e recuperação, usuários e, desse modo, garanta a participação efetiva dos grupos representados, recursos de mediação entre a mente e a realidade cultural e natural, assim cumprindo seu papel social, além de possibilitar a constante geração de novos

conhecimentos e atualização das informações a partir de interações entre os elementos e os integrantes da rede de acesso à informação, garantindo o desenvolvimento da sociedade.

Já ao tratar de conceitos e seus mecanismos de identificação, mediação e recuperação, é preciso destacar que o conjunto de conceitos aplicados à representação do documento é responsável por configurar a dinâmica de sua relação com sistemas de informação. Sendo assim, é válido destacar que “[...] o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Um conceito é manifestado através de um termo no contexto científico, ou um léxico, um vocábulo no contexto social, sendo que “[...] cada palavra remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo” (KOSELLECK, 1992, p. 135). Na formação histórica dos conceitos “[...] foram criteriosamente selecionadas as palavras cujos sentidos interessavam: a saber, conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo” (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Nessa linha, a rede semântica é fundamental para garantir a constituição da unidade de elementos válidos, os quais são verificados em níveis enunciativos pelo agrupamento de aspectos temáticos, ou aspectos figurativos a depender do documento analisado. Esses aspectos podem ser denominados de simulacros, pois abordam mais do que sentenças formais para a verificação lógica do sentido, tratam-se de recursos que efetivam a descrição e a explicação das coisas no mundo, seja no mundo real, seja em um mundo criado (ficção), através das quais a mente humana consegue se posicionar frente à compreensão sobre a realidade.

Dessa forma, os simulacros são dispositivos presentes na construção do discurso, configurando a descrição das estruturas imanentes, as quais evidenciam os componentes da significação através de condições e precondições da manifestação do sentido (GREIMAS; FONTANILLE, 1993).

Sua manifestação na enunciação proporciona uma significação virtualizada e é sua interação na consolidação do discurso que efetua a atualização dessa significação, assim como sua potencialidade, sendo o enunciado realizado a compreensão dos objetos, temas e figuras, confirmados por seus valores sociais, linguísticos, que garantem a significação por relações lógicas de inferências ou na construção original de suas atuais relações (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). Portanto, os simulacros se configuram como “[...] um conjunto de dados ao mesmo tempo tensivos e figurativos” (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 56), que pode evidenciar um objeto, uma situação estereotipada, uma lei ou um axioma.

Somado a isso, a teoria do conceito entende que a formação dos conceitos se confirma como “[...] a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de um determinado objeto” (DAHLBERG, 1978, p. 102). Frente a isso, a linguagem e os dispositivos de construção da enunciação e do discurso são responsáveis pela representação da informação.

O conceito é representado pelo signo, porém esse conceito é formado por informações anteriores construídas historicamente, além disso o conceito é uma concepção sobre algo do

mundo, por isso possui a função de representação, já que atua como uma interface entre objeto/fenômeno, linguagem e mente. Ademais, o conceito também possui a função de mediação, visto que o conceito, articulado através de um termo, possa contemplar o entendimento da realidade, para isso o intérprete precisa ter experiências com os signos, com as práticas, com as estratégias e com os discursos que modelam os mecanismos que viabilizam o conhecimento para acesso na mente humana. Com isso, é possível que essa soma histórica de discursos atualizem e potencializem o conceito toda vez que é aplicado.

Para a formação do conceito, há uma relação de signos por associações, que levam a formatação de discursos e todos estes “[...] pressupõem um mínimo de sentido comum, uma pré-aceitação de que trata de palavras importantes e significativas [...]”, essas atividades científicas, sociais e históricas são fundamentais para “[...] indicar a partir de quando um conceito tornou-se fruto de uma teorização e quanto tempo levou para que isso acontecesse” (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Recuperar um conceito em um documento através da análise documentária é recuperar um simulacro de conceitos que dialogam na elaboração da enunciação do texto devido à sua densidade semântica e semiótica, pois sua manifestação pressupõe uma rede de conhecimentos. Diante disso, os conceitos que representam o conhecimento presente no documento apresentam um aspecto virtual e potencial de significação conforme o contexto ou o domínio em que é aplicado.

Essa verificação de simulacros conceituais confere ao documento o valor de verdade, pois um conceito se confronta e se alinha ao outro na constituição da enunciação, assim o conceito pode ser compreendido como “[...] a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Não obstante, é sempre importante destacar a relação entre a realidade, o extralinguístico e a aplicação da linguagem para mediá-la na constituição de um conceito, já que este “[...] é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Insikator). Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 136). Assim, o conceito é mecanismo responsável pela compreensão do sistema informacional, já que “[...] um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Além disso, a realização do conhecimento na construção do discurso garante a presença das características do conceito, pois é “[...] formulando enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos que se obtém as características dos respectivos conceitos” (DAHLBERG, 1978, p. 102). O entendimento acerca do conceito exige, além das implicações epistemológicas e filosóficas, uma análise social de propagação de sentido, pois os documentos e a relação com os usuários possibilitam a significação, visto que o conceito “[...] não é uma definição, mas seu

conteúdo tem uma relação causal apropriada com as coisas no mundo” (HJØRLAND, 2009, p. 1521, tradução nossa).

Dessa forma, a análise documental atua como filtro, por isso há aspectos semióticos em sua prática, pois além de representar o conhecimento presente nos documentos, é a partir desses documentos que se estruturam os sistemas de informação, que organizam conceitos e suas relações semânticas, os quais sustentam uma rede informacional, permitindo a atuação de um sistema de recuperação de informação (HJØRLAND, 2009).

Além de que o conceito se estabelece em um desdobramento lógico, em que conjunto de conceitos estão presentes desde unidades maiores até atingir unidades menores, ou ainda “[...] articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado” (KOSELLECK, 1992, p. 137), já que o conceito, em níveis linguísticos, manifesta-se em termos, todavia o conceito como interface de um elemento na realidade é manifestante em cenas práticas, as quais o projetam para discursos.

Os sistemas de informação precisam ser atualizados constantemente devido à intensa relação entre informação e produção social, cultural e científica, por isso as técnicas, métodos, estratégias e práticas de tratamento documental precisam ser dinâmicos, tendo em vista que os conceitos são “[...] significados construídos dinamicamente e negociados coletivamente que classificam o mundo de acordo com interesses e teorias” (HJØRLAND, 2009, p. 1522, tradução nossa), fato que “[...] significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (KOSELLECK, 1992, p. 137).

Os documentos constroem uma rede discursiva que se efetiva social e coletivamente, por isso durante a interpretação dos conceitos pela análise documental deve ser questionado seu valor social, cultural, histórico, ideológico, científico e político e a linguagem documental aplicada deve ser capaz de evidenciar os simulacros que estabelecem os conceitos, pois o desenvolvimento do conceito não pode ser compreendido “[...] isoladamente dos interesses e teorias que motivaram suas construções e, em geral, devemos esperar que concepções e conceitos concorrentes estejam em jogo em todos os domínios o tempo todo” (HJØRLAND, 2009, p. 1523, tradução nossa).

### 3. Gêneros, discurso e documento: aspectos para análise

Ao tratar de gênero textual, a teoria que ganha destaque é a de Mikhail Bakhtin (1895-1975). O teórico russo propõe uma perspectiva diferente daquela clássica evidenciada por Aristóteles, em sua *A Poética*, que ainda foi reestruturada e ratificada pelos clássicos, destacando os neoclássicos. A proposta de Bakhtin (2016) evidencia uma teoria contemporânea, em que se valoriza a natureza social da enunciação, em que os tipos estáveis de enunciados concretizam o gênero do discurso, fundamentados principalmente pelo estilo, composição e estilo temático.

No entanto, a semiótica discursiva francesa, com Algirdas Julius Greimas, na produção de *Maupassant* (1970), deu início a uma preocupação com o gênero que até então não se

manifestava nessa área de estudo. Nessa linha, Jacques Fontanille perseguiu essa temática em *Sémiotique et Littérature* (2012) e *Semiótica do Discurso* (2019), demonstrando fundamentos em busca de uma composição axiomática que pudesse responder aos problemas de definições de tipos textuais e discursivos, assim como aos aspectos semióticos que constituem os gêneros textuais e discursivos.

Frente a isso, o objetivo desta seção é apontar concepções acerca das diferenças entre texto e discurso a fim de compreender a constituição do gênero textual e gênero discurso, desse modo aplicar essas concepções aos recursos de análise e tratamento documental.

Desse modo, é válido destacar a compreensão acerca da construção de um universo socioletal confirmada por Greimas, no qual aponta que se trata de “[...] um conjunto de discursos que rege as produções posteriores de novos discursos” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 72). Ainda, pode-se destacar que o “[...] gênero designa uma classe de discurso, reconhecível graças a critérios de natureza socioletal” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 228). Nessa linha, o estudo de gênero perpassaria por uma taxionomia não científica, a qual dependeria de postulados ideológicos, estabelecida em propriedades formais, isto é, “[...] uma teoria que recorta o seu objeto a partir de um olhar cultural, sempre relativo” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 73).

Por outro lado, Fontanille identifica que “[...] se se busca distinguir os gêneros entre eles, rapidamente percebe-se que as variáveis que lhes concernem mudam o tempo todo e, em particular, de nível de pertinência” (FONTANILLE, 2012, não paginado). Desse modo, por mais que o teórico compreendesse as características flutuantes dos gêneros, devido “a variáveis extratextuais de caráter socioletal”, há uma proposta em descrever semioticamente o nível de pertinência e o plano (conteúdo e expressão) que caracterizam os elementos dos gêneros.

Nessa linha, é necessário debater as diferenças na constituição de texto e discurso, separando-os como duas grandezas, já que cada um possui aspectos próprios na configuração de sua execução e na configuração da significação. Primeiramente, é preciso entender que “[...] tanto o discurso quanto o texto são frutos de um mesmo processo significante”, sendo assim não se trata de duas semióticas, mas sim modos de analisar o mesmo fenômeno por dois pontos de vista distintos (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 75).

O texto pode ser entendido como a relação entre as dependências estruturais e as informações que estão fora dele, portanto é entendido como uma estrutura, já que estabelece um todo organizado de sentido, composto por procedimentos linguísticos; já o discurso se caracteriza pela conexão daquilo que se produz como discurso com a vinculação a um outro discurso, isto é, a configuração da realidade mediada por linguagem, “[...] um discurso não se constrói sobre a realidade, mas sempre outro discurso”, ou seja, a configuração discursiva se efetiva à base da ligação histórica entre discursos (FIORIN, 2012, p. 146).

Frente a isso, o discurso é visto como um objeto linguístico e histórico, o que leva a entender que “[...] é uma construção linguística gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, que nem tudo é dizível”, somado ao fato de que é

preciso possibilitar “[...] a análise de seu funcionamento frente à inscrição histórica” (FIORIN, 2012, p. 146).

Com isso, pode-se evidenciar que a diferença entre texto e discurso é marcada pela ordem da imanência do texto, enquanto o discurso se destaca pela manifestação. Além disso, é importante reforçar que tanto a imanência quanto a manifestação estabelecem índices de valores presentes na metalinguagem. Em suma, a manifestação “[...] é a presentificação da forma numa dada substância, o que significa que o discurso é do plano do conteúdo, enquanto o texto é do plano da expressão” (FIORIN, 2012, p. 148).

Somado a isso, pode-se dizer que o discurso “[...] é uma enunciação em ato e este ato é, primeiramente, um ato de presença: a instância de discurso não é autômato que exerce uma capacidade de linguagem, mas uma presença humana, um corpo sensível que se exprime”, assim o discurso é capaz de esquematizar representações e experiências (FONTANILLE, 2019, p. 81).

Ademais, o texto é “[...] aquilo que se dá a apreender, o conjunto dos fatos e dos fenômenos [...]”, ou seja, o texto “[...] resulta de um primeiro conjunto de operações – delimitação, segmentação, estabelecimento de dados – aplicadas ao fluxo contínuo da produção semiótica concreta” (FONTANILLE, 2019, p. 85). Ainda, inerente ao texto, é possível apontar “[...] a segmentação, a detecção das rupturas, das ligações e das transições”, fatores que possibilitam a identificação das figuras que se constituem na edificação do plano da expressão (FONTANILLE, 2019, p. 85).

Já o discurso é “[...] um conjunto de proposições organizadas; o discurso definido como o produto de uma enunciação [...]”, desse modo o discurso “[...] é uma instância de análise na qual a produção, isto é, a enunciação, não poderia ser dissociada de seu produto, o enunciado”, por isso que o discurso “[...] inventa incessantemente novas figuras [...]”, assim “[...] contribui para redirecionar e deformar o sistema que outros discursos haviam antes alimentado” (FONTANILLE, 2019, p. 86).

Como o discurso é capaz de esquematizar a representação e as experiências a fim de torná-las significantes e, assim, compartilhar, é possível correlacionar a semiótica discursiva com algumas propostas da ciência da documentação no que tange à configuração do documento e, conseqüentemente, acerca do seu tratamento e análise.

Desse modo, tendo em vista que análise documental é marcada pela tradução da linguagem natural expressa em um documento para a linguagem especializada, sob a qual se exigem procedimentos linguísticos, semióticos, de natureza metalinguística a fim de extrair de um todo organizado de sentido um conjunto de termos capazes de representar o conhecimento por ele veiculado.

Dessa maneira, ao pensar no procedimento de identificação de termos, percebe-se que nesse procedimento o documento é tratado em nível do texto e não há um tratamento voltado para as questões discursivas. Para Briet, documento é “[...] toda base de conhecimento fixada



materialmente [...]”, além de ser “[...] concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar” (BRIET, 2016, p. 1).

Além disso, os processos simbólicos de tratamento e de recuperação da informação se comportam em buscar soluções para diminuir a distância entre os estoques e o uso da informação a partir dos estudos das estruturas simbólicas da documentação, que tangem os processos documentários e a construção e verbalização da informação (LARA, 2008), ou seja, os métodos, procedimentos, práticas e estratégias de tratamento documental requer um mecanismo que possa analisar a significação manifestante no enunciado e na enunciação e oferecer condições de estabilizar o significado em termos para efetivar uma representação padrão, formal, conforme apontam as normas e que seja capaz de interagir no futuro com o usuário.

Nessa linha, o documento também é entendido como instrumento capaz de materializar a informação, assim caracterizando-se como material que atua como suporte, como conteúdo da informação e aporte informacional (ORTEGA; SALDANHA, 2019).

A relação entre texto e documento pode ser confirmada na concepção de que “[...] o documento pode ser entendido como um objeto que suporta a informação”, assim a comunicação pode ser repetida (MEYRIAT *et al.*, 2016, p. 241). Nesse aspecto, o documento é objeto fundamental na sistematização das informações, sobre o qual se aplicam procedimentos a fim de organizar o conhecimento, devido a isso há a formalização dos recursos linguísticos, evidenciando seus elementos mínimos: os signos, os quais são marcados pela terminologia especializada.

Por outro lado, o documento não é entendido apenas como suporte físico, também exerce a função de suporte potencial de informação, todavia sua disseminação informacional depende da relação com o seu usuário. O documento além de ser prova de um evento, também proporciona informações sobre esse evento, como um fato ocorrido no tempo-espço é passível de interpretação, por conseguinte portador de significação. Nessa perspectiva, o documento estabelece a comunicação com o usuário ou comunidade através da construção do discurso, estruturado pela enunciação em ato.

O documento é materializado e legitimado através dos indícios de significação presentes em sua composição, marcados por uma práxis enunciativa, já que o documento é produto de uma vontade, portanto não basta existir o documento como texto, é preciso haver o acesso e a interação comunicacional (MEYRIAT, 1981), elementos que acabam sendo responsáveis pela semiose.

Dessa forma, entende-se que o objeto ainda não é documento, pois a informação permanece virtual (MEYRIAT, 1981), ou seja, é o acesso ao documento que fornece a ele a condição discursiva de ser atualizado e realizado, assim possibilitando a organização, a classificação, a categorização de um conhecimento potencial.

O documento além de organizar o conhecimento é material simbólico que oferece condições para recontar a História, portanto sua materialidade como texto é fundamental para estabelecer as condições de provas e evidências, contudo seu dialógico com outros materiais atuando como guia em busca de referências indiciais para compreender o todo é marcado pela construção do

discurso que agrupa, reorganiza, alinha, sistematiza, envolve, dispensa, evidencia, apaga tantos outros discursos presentes na representação do conhecimento.

Por um lado, o documento é “[...] um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar o que é durável [...]”; por outro, a informação “[...] não é tomada em sentido neutro e formal [...]”, ou seja, “[...] trata-se de uma informação que possui um sentido, para aquele que a emite e para aquele que a recebe” (MEYRIAT *et al.*, 2016, p. 241).

Em suma, para realizar a análise do documento explorando seu potencial de significação é preciso explorar o discurso em ato, dessa forma é necessário compreender os processos pelos quais se estabelecem a construção da enunciação, assim como sua relação com a configuração de figuratividade propostos pela construção de simulacros e valências com o intuito de estabilizar a isotopia, sob a qual pode ser aplicada a análise e o tratamento documental.

A isotopia é proposta da semântica textual e é definida como “[...] a redundância de uma categoria semântica em discurso”, assim se caracteriza por ser o conteúdo da coesão e da coerência (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), ou melhor, a isotopia é o fenômeno semântico-discursivo em que os fatores apresentados no enunciado se equiparam a favor da manifestação da enunciação, ou seja, há uma conversão e uma coligação para que o discurso seja produto de coisas que coexistem em sua ação.

Assim, ao pensar como a significação se estabelece nos planos do texto e do discurso, pode-se apontar que para o discurso há “[...] uma perspectiva que consiste na construção progressiva desde a construção de regras típicas do plano de conteúdo, das articulações mais simples até o todo de uma afirmação complexa”; já para o texto, a perspectiva proporciona a análise de regras de construção do plano da expressão, assim “[...] essas regras condicionam a formação de um conjunto significativo” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Com isso, constitui-se que essas duas perspectivas são aplicadas, estabelecidas, sistematizadas e organizadas pela enunciação, reunidas em um conjunto de “atos de significação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Diante disso, a significação que é proposta pelo discurso é marcada pela intencionalidade e coerência; já o texto dispõe de meios para que os aspectos de significação possam ser apreendidos, já que oferecem um conjunto de motivações figurativas (FONTANILLE, 2012).

O discurso garante, através da ideia de coerência, a unidade significativa, enquanto é no nível do texto que ocorre a polifonia, também podendo ser denominada de “pluri-isótopos” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Porém, em uma análise que leva em consideração os processos textuais somados aos aspectos discursivos, os aspectos discursivos permitem controlar a polissemia, pois é possível “[...] conciliar a pluri-isotopia do texto com a coerência discursiva [...]”, ou seja, a pluri-isotopia manifestada no nível do texto proporciona uma pluralidade significativa, assim uma análise documentária que se enviesse pela busca terminológica no plano textual terá dificuldades no processo de representação, pois o termo estará isolado de

sua aplicação, já que é na enunciação que se pode “[...] postular que a cada isotopia textual se corresponda a uma só coerência discursiva” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Esse impasse semântico se torna um problema de significação quando se estabelece diante da pluri-isotopia textual, no entanto a análise da enunciação possibilita aferir um significado estabilizado pela coabitação de várias coerências discursivas não só presentes em um texto, mas dialogando com tantos outros textos que evidenciam a intencionalidade discursiva.

Portanto, a coerência e a coesão apresentam dimensões de negociação entre as perspectivas do discurso e do texto. Portanto, a coerência “[...] interessa a orientação intencional do discurso e dá conta de fazer que uma enunciação coloque a pluri-isotopia do texto sob o controle de apenas um universo de sentido” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), possibilitando uma compreensão universal mesmo com divergências informacionais, sobre as quais o conjunto de conceitos, aplicados como simulacros na enunciação em ato estabeleçam a congruência significativa, chegando aos conceitos que fundamentam a coabitação discursiva.

Para tanto, é preciso confrontar a construção de simulacros com o confronto com as valências na constituição da enunciação. Esses elementos determinados são valores pelas valências percebidas por correlações em zonas extremas conjugadas através de esquemas de variação em que se obtêm graus fortes e graus fracos, que determinam as zonas extremas.

Decorrente da energia em confronto, nessa correlação se definem os valores. Nessa linha, entende-se que “[...] o valor de uma posição depende, ao mesmo tempo, dos graus que a definem sobre os eixos de controle e do tipo de correlação (direta ou inversa) a qual a posição pertence” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Dessa maneira, como consequência, “[...] a distribuição obtida é específica a uma cultura ou a um discurso, já que depende das valências que foram selecionadas em um discurso dado” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Além disso, é importante destacar que a variação cultural é apreendida pela percepção, assim, à medida que se percebem os valores e as figuras discursivas, pode se estabelecer a seleção das valências.

Com isso, entende-se que o conjunto de termos específicos se encontram no nível do texto, enquanto é no discurso que se atinge o complexo de conceitos, todavia não é o conceito isolado que evidencia o conhecimento, por isso é preciso analisar a enunciação, responsável pela sistematização do fluxo informacional, a qual é constituída pela correlação do plano da expressão (termos) e do plano do conteúdo (conceitos), que visam a representar práticas, objetos e formas de vida.

Os conceitos reconhecidos são organizados em uma rede semântica ou disposição sintática, assim esses fatores proporcionam a enunciação em ato, ou seja, uma práxis enunciativa, que é:

uma operação complexa de esquematização que parte da materialidade dos enunciados linguísticos, passa pela realização social de seus usos e chega a

enunciados mais gerais que os condensam na forma de um jogo codificado de linguagem potencial (PORTELA, 2008, p. 107).

A correlação semântica entre os conceitos no nível discursivo, ou seja, a somatória das diversas dinâmicas discursivas leva ao confronto com as valências, as quais são marcadas pelo posicionamento cultural e científico, quando não marcados ainda pela presença social, política e histórica.

Dessa forma, os conceitos que serão apontados para efetuar a representação do conhecimento no documento são resultado de uma análise que buscou uma programação energética referente à produção de simulacros, que também buscou apontar os fatores marcante e acordados no campo da presença e que, sobretudo, buscou diferentes apreensões que possibilitaram ordenar o conhecimento através de discursos que validaram sua instância de referência diante dos aspectos discursivos culturais.

Esses fatores são marcados por uma perspectiva pragmática da comunicação e operações que evidenciam “[...] o princípio de cooperação, o cálculo das implicaturas, o dialogismo, a polifonia [...]” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), os quais são responsáveis por efetuar uma “coenunciação dos discursos”, isto é, a colaboração de vários parceiros para a construção de uma significação legítima, plural, dinâmica evitando procedimentos enviesados por procedimentos em que a estratégia esteja limitada à análise somente do nível textual.

A análise de um documento a fim de representar o conhecimento é efetivada pela marcação dos conceitos presentes na composição do discurso. Entretanto, é importante compreender como os documentos podem ser classificados como gêneros textuais e discursivos. A definição de gênero se evidencia pelo tipo argumentativo, que se efetua pela anteposição do “contrato de enunciação”, marcado pelas “[...] posições modais dos participantes na enunciação e os desafios sociais de sua interação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Quando se fala em gênero é comum recuperar a ideia de que seja um “[...] conjunto de convenções que definem a forma, a extensão, o referente e as modalidades de sua representação, tais como os temas e as figuras” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Assim, pode-se indicar que há níveis de pertinência que conduzem a sua classificação, já que os gêneros são definidos por “[...] conjuntos de categorias gerais e constantes”, somado a isso evidencia-se a práxis enunciativa, estimulada pela participação em trocas culturais, por conseguinte há a formação das classes de textos e de discursos (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Contudo, a formação de um gênero se realiza em contraste com outro, suas atribuições o caracterizam como tipo, o que é marcado por dinâmicas próprias e aspectos semióticos que se configuram em esquemas contínuos (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Frente a isso, uma teoria dos gêneros se realiza em uma consistência de elementos combinatórios em um sistema, que determinam seus esquemas e suas trocas de valor, dessa

forma a práxis enunciativa se apoia em propriedades como “[...] estabilidade das categorias, esquematização do discurso, troca cultural e congruências locais e provisórias (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Essa dinâmica garante o acesso à isotopia, principalmente pelo fato de estabilizar a coerência e a coesão textual e discursiva, assim estabilizando uma homogeneidade significativa na análise dos conceitos. Nessa perspectiva, a classificação dos gêneros textuais pode ser definida como longo e breve, em que há uma norma sociocultural, que pressupõe uma prática semiótica e uma escala de avaliação externa, em que há uma relação com “[...] um andamento interno da enunciação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Além disso, também pode ser classificado como aberto e fechado, em que há uma relação com “a unidade de leitura” e “unidade de edição”. Ademais, “[...] a unidade de leitura é a reunião de constantes no plano da expressão que, se coesas, dão sentido a um todo organizado”; por outro lado, “[...] a unidade de edição seria justamente o recorte que se faz dessas constantes da expressão” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77). Portanto, “[...] se a unidade de edição coincidir com a unidade de leitura, a leitura só será possível no interior de determinado recorte. No entanto, se as unidades não coincidirem, a leitura não se limitará ao todo, permitindo assim que partes sejam lidas isoladamente” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77).

Cada documento teria, portanto, uma classificação conforme a sua estrutura textual aplicada conforme a análise, porém documentos elaborados para a representação do conhecimento, como por exemplo o resumo, pode ser classificado como breve e fechado, definido, dessa maneira, como concentração, pois “[...] nos apresenta um espaço textual reduzido, fornecendo, no entanto, o máximo de sua significação” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77), já que sua estrutura é predefinida com a exposição sucinta do objetivo, método, resultado e conclusão, por isso denominado breve, ao mesmo tempo denominado fechado porque sua informatividade deve ser precisa e pontual para estabelecer a comunicação com os usuários das comunidades científicas interessadas.

Já o discurso é marcado pelas modalizações e atos de linguagem presentes na práxis enunciativa, ou seja, é “[...] uma enunciação – um conjunto de atos, de operações enunciativas – e, uma enunciação que decide sobre os valores e o que os manipula [...]”, conseqüentemente, “[...] o contrato de enunciação, os tipos de atos de linguagem requeridas, as modalizações dominantes por um ponto de vista pragmático”, somado ao fato de que “[...] as axiologias e as formas de evolução – os tipos de valores propostos, assim como as condições de sua atualização e de seu reconhecimento nos discursos” constituem o cenário de crenças, motivações, aptidões e efetuações (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 79).

Essas modalizações são responsáveis por estabilizar os atos de linguagem ou o discurso. Com isso, o discurso persuasivo é decorrente das modalizações assumir e aderir; o discurso incitativo, das modalizações querer e dever; o discurso de habilitação é marcado pelas modalizações

saber e poder; por fim, o discurso da realização é decorrente do ser e fazer (FONTANILLE, 2012, tradução nossa; PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012).

Desse modo, percebe-se que a compreensão dos tipos discursivos pode contribuir para o tratamento documental evidenciando os vários discursos presentes em um documento, assim destacando em sua representação os valores que sobressaem nos objetivos informacionais. Um documento pode apresentar vários tipos discursivos, tal situação depende muito da configuração do documento.

Entretanto, pensando na elaboração de materiais para a representação do conhecimento, apresentando como exemplo o resumo, normalmente pode ser enquadrado no discurso informativo, já que é produzido para o saber. Somado a isso, destaca-se também o discurso de realização, já que o resumo tem o papel de ser a representação do documento original, ou seja, de marcar a presença da informação veiculada pelo documento original, assim como há o discurso performativo, em que evidencia o fazer, visto que o objetivo é um fazer virtualizado, a metodologia é um fazer atualizado, os resultados um fazer realizado e a conclusão um fazer potencializado.

#### **4. Considerações Finais**

A informação produzida pela humanidade é decorrente, principalmente, dos registros documentais, além de haver técnicas, procedimentos, práticas, estratégias e metodologias para tratar essa informação e promover a representação de seu conteúdo, assim garantindo o registro dos conceitos, que melhor traduzem o conhecimento desenvolvido e manifestado no documento para que seja recuperado por usuário no futuro.

A análise documentária, através do tratamento documental e a aplicação de linguagem documentária, possibilita mecanismos para efetuar com eficiência a representação do conhecimento presente no documento.

A análise dos conceitos presentes em um documento é fundamental para direcionar o fluxo informacional a ser representado para edificar o propósito do documento. Com isso, a relação semântica que os conceitos estabelecem podem ser tratados como simulacros, estes realizam a performance da enunciação em ato, assim evidencia as valências que constituem sua legitimidade frente aos aspectos discursivos, tal tratamento garante a evidência dos diversos discursos presentes no documento e como eles se confirmam em uma rede homogênea, ou se confrontam em diálogos heterogênicos.

Frente a isso, a semiótica discursiva se mostrou eficaz no propósito de corroborar a identificação dos conceitos pertinentes ao documento, explorando não apenas a classificação do gênero textual, mas também validando os conceitos que se efetivam em rede semântica através da correlação entre os aspectos discursivos que um documento veicula.

Nesse cenário, aplicar a semiótica discursiva às práticas de análise documentária colabora para a identificação dos simulacros e valências a fim de apontar os valores que perfazem a isotopia,



garantindo que a representação documental seja mediada por valores efetivos na produção informacional do documento.

Além disso, é possível distinguir, nos procedimentos que envolvem a análise documentária, as características que marcam o documento em sua significação frente a classificação como texto (aberto, fechado; longo e breve) em que demonstra a tradução da linguagem natural para uma linguagem especializada não é apenas identificação terminológica, mas sim que o conhecimento representado é dinâmico e está em constante diálogo com outros textos e outros grupos informacionais.

Somado a isso, a classificação do discurso permite a identificação dos simulacros e das valências que evidenciam os diversos aspectos semióticos presentes na intencionalidade de uso do fluxo informacional, desse modo um documento que represente o pensamento filosófico de uma dada época, ainda carrega valores históricos, culturais, podendo ainda evidenciar aspectos científicos, políticos, sociais, epistemológicos, metodológicos, entre outras possibilidades virtualizadas na existência do documento, as quais podem ser atualizadas sob diversas propostas conforme a intenção proposta na análise documentária.

## 5. Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BRIET, S. **O que é documentação?** Trad. Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.
- BUCKLAND, M. K. What is a document? **JASIS**, v. 48, p. 804-809, 1997. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- BUCKLAND, M. K. Teoria dos Documentos: Uma Introdução. **UC Berkeley**, 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/87s642x7> Acesso em: 7 set. 2022.
- BUCKLAND, M. Teoria do documento. **Organização do Conhecimento**, v. 45, n.5: p. 425-436, 2017. Disponível em: <http://www.isko.org/cyclo/document>. Acesso em: 7 set. 2022.
- COYAUD, M. **Introduction a l'étude des languages documenraires**. Paris: Klincksieck, 1966.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, dec. 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- FIORIN, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In. Beth Brait e Maria Cecília Souza-e-Silva (Orgs.). **Texto ou Discurso?**. São Paulo: Contexto, 2012.

FONTANILLE, J. **Semiótica y literatura: ensayos de método**. Trad. Desidero Blanco. Lima: Universidad de Lima, Fondo Editorial, 2012.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Trad. Jean Cristtus Portela. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

FROHMANN, B. Knowledge and power in library and information science: toward a discourse analysis of the cognitive viewpoint, in Vakkari, P. and Cronin, B. (Eds). **Conceptions of Library and Information Science: Historical, Empirical and Theoretical Perspectives**, Taylor Graham, London, 1992. p. 135-48.

FROHMANN, B. Análise do discurso como método de pesquisa em biblioteconomia e ciência da informação. **Biblioteconomia e Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research, **Journal of Library and Information Science Education**, v. 42, n. 1, p. 13-28, 2001. DOI: 10.2307/40324034 Acesso em: 21 jun. 2022.

FROHMANN, B. Revisiting “what is a document?” **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. DOI: 10.1108 / 00220410910937624. Acesso em: 21 jun. 2022.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero**, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6568>. Acesso em: 6 set. 2022.

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação.. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37946>>. Acesso em: 6 set. 2022.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Linguística Documental: Aplicacion a la Documentacion de La Comunicación Social**. Mitre: Barcelona, Espanha, 1984.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Teoria de la indización: nuevos parâmetros de investigación. **Traninformação**, v.1, n.2, 1989.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Análisis documental del discurso periodístico**. Madrid: CTD, S.A., 1992.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Tratamiento y análisis de la documentación. En: VIZCAYA ALONSO, D. (comp). **Selección de lecturas: Fundamentos de la organización de la información**. La Habana: Universidad de La Habana, 2002.

GARDIN, J.-C. Elements d'um modele pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n. 5, p.171-182, 1966. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001> Acesso em: 01 maio 2022.

GARDIN, J.-C. Document Analysis and Linguistic theory. **The Journal of Documentation**, v. 29, n. 2, p. 137-168, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb026553>. Acesso em: 01 maio 2022.

HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.21082> Acesso em: 10 jan. 2021.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Trad. Manoel Luís Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

LARA, M. L. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero**, v. 2, n. 6, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5294>. Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004a. DOI: 10.1590/S0103-37862004000300003 Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, 2004b. DOI: 10.18225/ci.inf.v33i2.1050 Acesso em: 14 maio 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1050> Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramaZero**, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6550>. Acesso em: 14 dez. 2022.

LARA, M. L. L. G. **Linguística Documentária**: seleção de conceitos. 2009. Tese (Livre Docência em Análise Documentária) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/T.27.2019.tde-21112019-191517. Acesso em: 17 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo temma. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 92-121, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p92 Acesso em: 14 dez 2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LÓPEZ YEPES, J. **La Documentacion como disciplina**: Teoria e História. 2. ed. EUNSA: Navarra, Espanha, 1995.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, Paris, n. 14, p. 51-63, 1981. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/2891/1788> Acesso em: 10 jan. 2021.

MEYRIAT, J. *et al.* Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 240-253, set. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2891/1788>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MOURA, A. P. de; LARA, M. L. G. de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 2-17, dez. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1531/1064>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Perspectiva documental del procesamiento del lenguaje natural. **Procesamiento del lenguaje natural**, v 13, p. 41-46, 1993. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1014760>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **El contenido de los documentos textuales**: su análisis y representación mediante lenguaje natural. Gijón: Ediciones Trea, 2004.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 24, p. 189-203, mar. 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3920>. Acesso em: 23 dez. 2020.

OTLET, P. **Tratado da documentação**: o livro sobre o livro, teoria e prática. Trad. Taiguara Villela Aldabalde *et al.* Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PORTELA, J. C. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz e Jean Cristtus Portela (Orgs.). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 95-115.

PORTELA, J. C.; SCHWARTZMANN, M. N. A noção de gênero em Semiótica. In. Portela, J. C. *et al* (Org.). **Semiótica: identidade e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-95.

SANTOS, P. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 54-63, ago. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200006>. Acesso em: 2 jan. 2021.

RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. **Encontros Bibli**, v. 16, n. 31, 2011, pp. 131-156.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 51, p. 138- 156, jan./abr., 2018. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n51p138.

TÁLAMO, M. F. G. M; MAIMONE, G. D. Jean-Claude Gardin e a análise documental: trajetória da constituição de uma semiologia da representação. **Anais..** Marília: FUNDEPE, 2015. Disponível em: 17 jan. 2021.

VOGEL, M. J. M. **A noção de estrutura linguística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagens documentárias.** 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/D.27.2007.tde-17032008-104245. Acesso em: 19 dez. 2020.

VOGEL, M. J. M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 80-92, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362009000400006>. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362009000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000400006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 nov. 2022.